

# Escolas insistem: reajuste maior

A direção do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) propôs ontem a mais de mil proprietários de escolas particulares, reunidos no Colégio São Bento, reajustar o valor do próximo semestre em 107% além do autorizado pelo governo. Portaria do Ministério da Fazenda estipula que o aumento para o próximo semestre deve ser de 206% sobre a última semestralidade de 86. Mas a diretoria do Sieeesp quer que este índice seja 313%, argumentando que as escolas devem incorporar o reajuste de 35% concedido pelo MEC no início do ano.

Às 17h30 de hoje, o secretário estadual de Defesa do Consumidor, Paulo Salvador Frontini, entregará pessoalmente um ofício ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, contestando a inclusão dos 35% sobre o índice autorizado pelo governo e relatando a situação dos pais e dos alunos de escolas particulares frente à confusão criada em torno do aumento da semestralidade.

O secretário afirmou ontem não aceitar a alegação do Sieeesp de que os 35% devem ser incorporados ao último semestre de 86 porque foram concedidos pelo MEC como uma forma de reposição de "perda de valores monetários" das escolas durante a vigência do Plano Cruzado. "Os 35% entram no valor de 87. Embora tivessem a justificativa de perda foram calculados sobre o primeiro semestre de 87."

Falando aos proprietários das escolas, o presidente do Sieeesp, José Aurélio Camargo, afirmou que a categoria não deve "ceder a pressões, por que não estamos entrando em conflito com as autoridades", numa clara alusão ao inquérito por incitamento à prática de crime que deverá responder, conforme determinação do procurador-geral da Justiça, Cláudio Ferraz de Alvarenga. Conversando com os jornalistas, negou estar incitando os donos das escolas a desrespeitar o índice de 116,09% fixado pelo juiz Milton Gordo, da 5ª Vara da Fazenda do Estado.

Ao apresentar a proposta de 313% de reajuste, José Aurélio defendeu a tese de que o índice de 3.06 (que corresponde a 206%) deve ser aplicado sobre "o valor real da segunda semestralidade de 1986". Por este valor, a direção do sindicato entende que deve ser incluído o índice de 35%, concedido pelo MEC em janeiro último.

Em documento distribuído no final do encontro com o teor completo da proposta, o Sieeesp cita declarações do ministro da Educação, Jorge Bornhausen, ao Conselho de Educação do Distrito Federal, no qual ele afirma que este percentual "objetivou a recuperação do valor das semestralidades em consequência da perda de valores monetários", na vigência da reforma econômica. Cópia deste documento será enviada hoje ao Conselho Estadual de Educação, Procon e Sunab a pedido dos proprietários das escolas.